

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Alckmin volta a ter papel de destaque na negociação

Alckmin de volta ao jogo do tarifaço

Depois do acordo com a União Europeia, o Senado ainda tem dois acordos comerciais do Mercosul para analisar, com Singapura e com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta), outro bloco europeu que une Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Como no caso da União Europeia, são acordos de livre comércio, que eliminam tarifas e alavancam mercados. No fundo, o governo brasileiro sabe que esse é que é o problema do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ele reage fortemente ao cada vez maior amadurecimento de um processo que, no início, os EUA ajudaram a gestar após a Segunda Guerra Mundial: o multilateralismo. O problema é que esse processo reduziu a dependência dos EUA.

O gigante do Norte reage

O gigante do Norte perde relevância. E reage. No caso específico do Brasil, desde 2009 perdeu o posto de principal parceiro comercial para a China. E, no final, toda essa pressão tarifária, dificultando negócios, acaba podendo ser um tiro pela culatra. Empurra o Brasil a intensificar a relação com a China. Isso agora acontece com a carne. Na terça-feira, a China reconheceu o Brasil como país livre de febre aftosa.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



China classificou Brasil como livre de aftosa

Carne avança na China

Nesta quarta-feira (3), o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) assinou com a Tianjin Meat Association carta que dá início a parceria para alcançar o certificado Beef on Track (BoT), uma certificação internacional de carne sem desmatamento, respeitando normas socioambientais. A cidade portuária de Tianjin é a principal porta de entrada da carne bovina brasileira na China, e será a protagonista do projeto piloto para o selo BoT, criado pela Imaflora. É um exemplo do avanço que o Brasil teve nos últimos anos.

Vice na ponta da negociação

Essa busca por alternativas é bem anterior ao tarifaço de Trump. Mas intensificou-se em ações do vice-presidente Geraldo Alckmin quando era ministro da Indústria e Comércio e de Jorge Viana na presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasi). O que não elimina a negociação com os EUA. E Alckmin volta a esse jogo.

POR
RUDOLFO LAGO

Protagonista

Na negociação do primeiro tarifaço de Trump, Geraldo Alckmin foi um dos principais protagonistas. E agora está a postos para exercer o papel novamente, mesmo tendo entregue o Ministério da Indústria e Comércio para Márcio Elias Rosa. Márcio era o secretário-executivo de Alckmin.

Ferramentas

O governo avalia que a experiência do primeiro tarifaço aprimorou as suas ferramentas. E será com elas que Alckmin irá lidar. Inclui-se com a possibilidade de reciprocidade, a partir da lei que foi aprovada no Congresso, com relatório da senadora de oposição, Tereza Cristina (PP-MS).

Empresários

Não apenas o agro, mas os segmentos empresariais como um todo. Um dos principais papéis exercidos por Alckmin decorre da sua boa relação com o setor produtivo. No primeiro tarifaço, um dos ganhos, avalia o governo, veio da forma como Alckmin aproveitou soluções surgidas do próprio meio empresarial.

Exceções

Mesmo no pior momento do tarifaço 1, já havia uma lista com mais de 700 exceções que os Estados Unidos não sobretaxariam. Estão aí os principais itens de exportação brasileira para o país, caso do café. Tais exceções vão permanecer. A taxação muitas vezes é uma arma contra os próprios EUA, encarecendo produtos que o país consome.

Defesa

Uma coisa que também avançou após a experiência do primeiro tarifaço foi a criação de instrumentos de defesa privados para evitar a ação de Trump. As empresas não tinham muitas vezes escritórios de advocacia atuando no país na defesa dos seus interesses. Agora têm. E muito disso decorreu de Alckmin.

Ajuda

“Você têm também que se organizar”, era o mantra repetido por Geraldo Alckmin nessas reuniões. Um mantra que surtiu efeito. Muitas vezes o açoitamento de Trump ao ameaçar suas retaliações esbarra na própria legislação dos Estados Unidos, um país cioso por honrar contratos e segurança jurídica.

Reprodução X



Vorcaro agora detalha relações com autoridades

Vorcaro amplia nova tentativa de delação

Novo pedido cita “Dark Horse”, Ciro Nogueira e autoridades

Por Gabriela Gallo

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, tenta de novo. Os advogados do banqueiro apresentaram nesta quarta-feira (3) um novo pedido de colaboração premiada, depois que a primeira tentativa foi negada pela Polícia Federal (PF).

Antes, Vorcaro parecia proteger políticos e autoridades com quem teve relação, omitindo acontecimentos. Agora, as informações é de que ampliou consideravelmente o grau das suas revelações. Com isso, avalia-se que o acordo de delação com a PF e com a Procuradoria-Geral da República (PGR) tenha ficado mais próximo.

No começo desta semana, os advogados de defesa de Vorcaro entregaram um novo pedido de delação premiada à PF e à PGR, desta vez com novas informações das relações entre o banqueiro e demais autoridades políticas.

Esta é a segunda tentativa de firmar um acordo. Na primeira, as autoridades consideraram que as evidências entregues não tinham informações complementares, tampouco que adicionavam, o que fora encontrado pela polícia nos aparelhos eletrônicos apreendidos de Vorcaro e, portanto, não tinha necessidade de firmar um acordo com o investigado.

Os advogados do banqueiro entregaram os documentos com novo pedido de delação

na segunda-feira (1º) e, na terça-feira (2) acrescentaram um adendo ao documento com novas informações sobre o texto. Inicialmente, estava prevista uma reunião entre os advogados e as autoridades para quarta-feira (3), mas ela foi cancelada de última hora após os agentes solicitarem mais tempo para analisar as novas informações.

A avaliação dos agentes na tentativa de delação anterior era que Daniel Vorcaro estava tentando proteger nomes relevantes ligados aos Três Poderes. Apesar de correr em segredo na Justiça, nos bastidores a análise é que as novas informações entregues englobam nomes de parlamentares da oposição, ministro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao menos um ministro do STF. As informações são da CNN Brasil.

Dentre as figuras citadas nos documentos, a expectativa é que o banqueiro cite o senador e presidente do Progressistas (PP) ,Ciro Nogueira (PI), além dos investimentos feitos ao filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) “Dark Horse”.

No acordo para financiar o longa, o banqueiro se comprometeu com o filho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato do PL à Presidência, a pagar US\$ 24 milhões (R\$ 134 milhões na cotação da época). Ele chegou a repassar US\$ 10,6 milhões (R\$ 61 milhões).